

7. KARL MARX E A HISTÓRIA DA EXPLORAÇÃO DO HOMEM

INTRODUÇÃO

16/05

Vimos até agora que o pensamento sociológico, em seu desenvolvimento, abordou níveis diferentes da realidade. Sabemos que, se iluminarmos uma mesa cheia de objetos com luzes de diferentes cores, partindo de diversos focos, cada uma delas produzirá um conjunto distinto de coisas observáveis. Nenhuma delas, entretanto, é desnecessária ou incorreta. É um ponto de vista que necessariamente "põe à luz" determinados aspectos, deixando outros na escuridão. Assim também acontece com as teorias sociais.

O método positivista, apesar das limitações já assinaladas, expôs ao pensamento humano a idéia de que uma sociedade é mais do que a soma de indivíduos, que há normas, instituições e valores estabelecidos que constituem o social. Weber, por sua vez, reorganizou os fatos sociais "à luz" da história e da subjetividade do agente social.

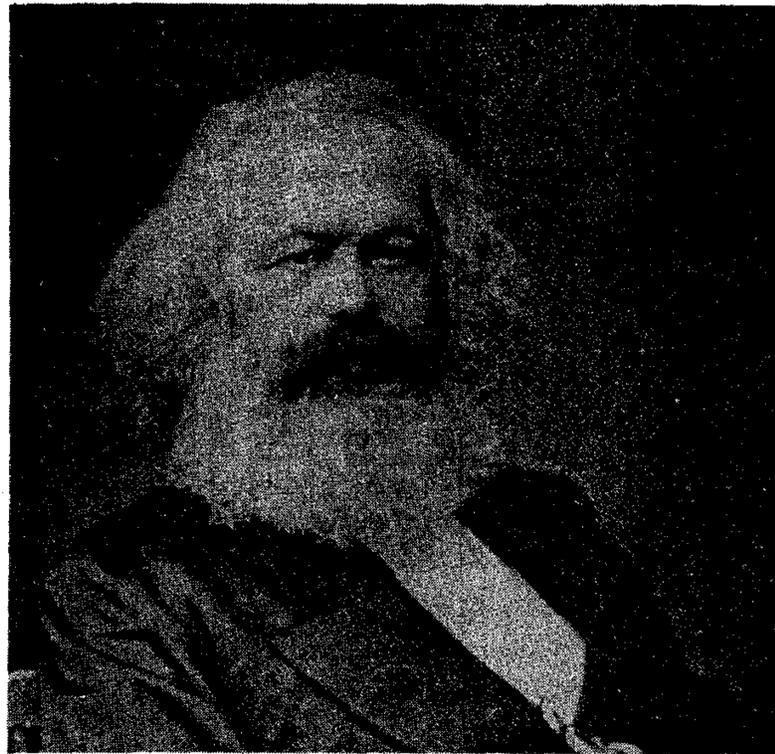
Agora falaremos de Karl Marx e do *materialismo histórico*, a corrente mais revolucionária do pensamento social nas conseqüências teóricas e na prática social que propõe. É também um dos pensamentos mais difíceis de se compreender, explicar ou sintetizar, pois Marx produziu muito, suas idéias se des-

Karl Marx
(1818-1883)

Nasceu na cidade de Treves, na Alemanha. Em 1836, matriculou-se na Universidade de Berlim, doutorando-se em filosofia em Iena. Foi redator de uma gazeta liberal em Colônia. Mudou-se em 1842 para Paris, onde conheceu Friedrich Engels, seu companheiro de idéias e publicações por toda a vida. Expulso da França em 1845, foi para Bruxelas participar da recém-fundada Liga dos Comunistas. Em 1848 escreveu com Engels o *Manifesto do Partido Comunista*, obra fundadora do "marxismo" enquanto movimento político e social a favor do proletariado. Com o malogro das revoluções sociais de 1848, Marx mudou-se para Londres, onde se dedicou a um grandioso estudo crítico da economia política. Marx foi um dos fundadores da Associação Internacional dos Operários ou Primeira Internacional. Morreu em 1883, após intensa vida política e intelectual. Suas principais obras foram: *A ideologia alemã*, *Miséria da filosofia*, *Para a crítica da economia política*, *A luta de classes em França*, *O capital*.

dobraram em muitas correntes e foram incorporadas e criticadas por inúmeros comentaristas.

Marx escreveu trabalhos de caráter sociológico. Sua intenção, porém, não era apenas contribuir para o desenvolvimento da ciência, mas propor uma ampla transformação política, econômica e social. Sua obra máxima, *O capital*, destinava-se a todos os homens, não apenas aos estudiosos da economia, da política e da sociedade. Este é um aspecto singular da teoria de Marx. Há um alcance mais amplo nas suas formulações, as quais adquiriram dimensões de ideal revolucionário e ação política efetiva. As contradições básicas da sociedade capitalista e as possibilidades de superação apontadas pela obra de Marx não puderam, pois, permanecer ignoradas pela Sociologia.



Karl Marx.

Podemos apontar algumas influências básicas no desenvolvimento do pensamento de Marx. Em primeiro lugar, coloca-se a leitura crítica da filosofia de Hegel, de quem Marx absorveu e aplicou, de modo peculiar, o *método dialético*. Também significativo foi seu contato com o pensamento socialista francês do século XIX, de Claude Henri Saint-Simon, Charles Fourier e Pierre Joseph Proudhon. Marx destacava o pioneirismo destes críticos da sociedade burguesa, mas reprovava o "utopismo" das suas propostas de mudança social. Finalmente, há toda a crítica da obra dos economistas clássicos ingleses, em particular Adam Smith e David Ricardo. Este trabalho tomou a atenção

de Marx até o final da vida e resultou na maior parte de sua obra teórica.

Esta trajetória é marcada pelo desenvolvimento de conceitos importantes: alienação, classes sociais, valor, trabalho, mais-valia, modo de produção. Vamos examiná-los a seguir.

A IDÉIA DE ALIENAÇÃO

Economicamente, o capitalismo *alienou*, isto é, separou o trabalhador dos seus *meios de produção* — as ferramentas, as matérias-primas, a terra e as máquinas —, que se tornaram propriedade privada do *capitalista*. O trabalhador, no sistema capitalista de produção, perdeu ainda o controle do produto de seu trabalho, também apropriado pelo capitalista. A industrialização, a propriedade privada e o assalariamento separaram o trabalhador dos meios de produção e do fruto de seu trabalho. Essa é a base da alienação econômica do homem sob o capital.

Politicamente, também o homem se tornou alienado, pois o princípio da *representatividade*, base do liberalismo, criou a idéia de Estado como um órgão político imparcial, capaz de representar toda a sociedade e dirigi-la através do poder delegado pelos indivíduos. Marx mostrou, entretanto, que na sociedade burguesa esse Estado representa apenas a *classe dominante* e age conforme o interesse desta.

A filosofia, por sua vez, também passou a criar *representações* do homem e da sociedade. Diz Marx que a *divisão social do trabalho* fez com que a filosofia se tornasse a atividade de um determinado grupo. Ela é, portanto, parcial e reflete o pensamento desse grupo. Essa parcialidade e o fato de que o Estado se torna legítimo a partir dessas reflexões parciais — como, por exemplo, o liberalismo — transformaram a filosofia em "filosofia do Estado". Esse comportamento do filósofo e do cientista em face do poder resultou também na alienação do homem.

Assim alienado, separado e mutilado, o homem só pode recuperar sua condição humana através da crítica radical ao sistema econômico, à política e à filosofia que o excluíram da participação efetiva na vida social. Essa crítica radical só se efetiva na *práxis*, isto é, a ação política consciente e transformadora.

É exatamente por esse princípio que os marxistas vinculam a crítica da sociedade à ação política. Marx propôs não apenas um novo método de pensar mas também um projeto para a ação.

AS CLASSES SOCIAIS

As idéias liberais surgidas com a Ilustração consideravam os homens, por natureza, iguais política e juridicamente. Liberdade e justiça eram direitos inalienáveis de todo cidadão. Marx, por sua vez, proclama a inexistência de tal igualdade natural e observa que o liberalismo vê os homens como átomos, como se estivessem livres das evidentes desigualdades estabelecidas pela sociedade. As desigualdades sociais são provocadas pelas *relações de produção* do sistema capitalista, as quais dividem os homens em proprietários e não-proprietários dos meios de produção. As desigualdades são a base da formação das *classes sociais*.

As relações entre os homens resultam das relações de oposição, antagonismo, exploração e complementaridade entre as classes sociais.

Há uma relação de exploração entre a classe dos proprietários, a burguesia, e a dos trabalhadores, o proletariado, porque a posse dos meios de produção, sob a forma legal de propriedade privada, faz com que os trabalhadores, para assegurar a sobrevivência, tenham de vender sua *força de trabalho* ao empresário capitalista, o qual se apropria do produto do trabalho de seus operários.

Essas mesmas relações são também de oposição e antagonismo, porque os interesses de classe são inconciliáveis. O capitalista deseja preservar seus direitos à propriedade dos meios de produção e dos produtos e à máxima exploração do trabalho do operário, seja reduzindo os salários, seja ampliando a jornada de trabalho. O trabalhador, por sua vez, procura diminuir a exploração ao lutar por menor jornada de trabalho, melhores salários e participação nos lucros.

Por outro lado, as relações entre as classes são complementares, pois uma só existe em relação à outra. Só existem proprietários porque há uma massa de despossuídos cuja única propriedade é sua *força de trabalho*, que precisam vender para assegurar a sobrevivência. As classes sociais são, pois, complementares e interdependentes.

A história do homem é, segundo Marx, a história da *luta de classes*, uma luta constante entre interesses opostos, embora nem sempre se manifeste socialmente sob a forma de guerra declarada. As divergências, oposições e antagonismos de classes estão subjacentes a toda relação social, nos mais diversos níveis da sociedade, em todos os tempos, desde o surgimento da propriedade privada.

A ORIGEM HISTÓRICA DO CAPITALISMO

O capitalismo surge na história quando, por circunstâncias diversas, uma enorme quantidade de riquezas se acumula nas mãos de uns poucos indivíduos, interessados sempre em obter mais lucros.

No início, a acumulação de riquezas se fez através da pirataria, do roubo, dos monopólios e do controle de preços praticados pelos Estados absolutistas. A comercialização era a grande fonte de rendimentos para os Estados e a nascente burguesia. Uma importante mudança aconteceu quando, a partir do século XVI, o trabalhador artesanal e os sistemas de cooperação foram substituídos, respectivamente, pelo trabalhador "livre" e pela indústria.

Na produção artesanal da Idade Média até o Renascimento, o trabalhador mantinha em sua casa os instrumentos de produção. Aos poucos, porém, estes passaram às mãos de indivíduos enriquecidos, que organizaram oficinas. A Revolução Industrial introduziu inovações técnicas na produção que aceleraram o processo de separação entre trabalhador e instrumentos: as máquinas, mais caras, ficaram acessíveis somente aos mais ricos. Os artesãos isolados não podiam competir com o dinamismo das nascentes indústrias. Com isso, multiplicou-se o número de operários, isto é, trabalhadores "livres" expropriados.



Com o capitalismo, o trabalhador é expropriado dos meios de produção e do produto de seu trabalho.

O SALÁRIO

O operário, como vimos, é aquele indivíduo que, nada possuindo, é obrigado a sobreviver da venda de sua força de trabalho. No capitalismo, a força de trabalho se torna uma *mercadoria*, algo útil que se pode comprar e vender. Surge assim um contrato entre capitalista e operário, mediante o qual o primeiro compra ou "aluga por um certo tempo" a força de trabalho e, em troca, paga ao operário uma quantia em dinheiro, o *salário*.

O salário é, assim, o valor da força de trabalho, considerada como mercadoria. Como a força de trabalho não é uma "coisa", mas uma capacidade inseparável do corpo do operário, o salário deve corresponder à quantia que permita ao operário alimentar-se, vestir, cuidar dos filhos, recuperar as energias e, assim, estar de volta ao serviço no dia seguinte. Em outras palavras, o salário deve garantir a *reprodução das condições de subsistência do trabalhador e sua família*.

O cálculo do salário depende do preço dos bens necessários à subsistência do trabalhador. O tipo de bens necessários depende, por sua vez, dos hábitos e costumes dos trabalhadores. Isso faz com que o salário varie de lugar para lugar. Além disso, o salário depende ainda da destreza e da habilidade do próprio trabalhador. No cálculo do salário de um operário qualificado deve-se computar o tempo que ele gastou com educação e treinamento para desenvolver suas capacidades.

TRABALHO, VALOR E LUCRO

O capitalismo vê a força de trabalho como mercadoria, mas é claro que ela não é uma mercadoria qualquer. Enquanto os produtos, ao serem usados, simplesmente se desgastam ou desaparecem, o uso da força de trabalho significa, ao contrário, *criação de valor*. Os economistas clássicos ingleses, desde Adam Smith, já haviam percebido isso, ao proclamarem o trabalho como a verdadeira fonte de riqueza das sociedades.

Marx irá além. Para ele, o trabalho, ao se exercer sobre determinados objetos, provoca nestes uma espécie de "ressurreição". Tudo o que é criado pelo homem, diz Marx, contém em si um trabalho passado, "morto", que só pode ser reanimado por outro trabalho. Assim, por exemplo, um pedaço de couro animal curtido, uma faca e fios de linha são, todos, produtos do trabalho humano. Deixados

em si mesmos, são coisas mortas; utilizados para produzir um par de sapatos, renascem como *meios de produção* e se incorporam num novo produto, uma nova mercadoria, um novo valor.

Os economistas ingleses já haviam postulado que o *valor das mercadorias* dependia do tempo de trabalho gasto na sua produção. Marx acrescentou que este tempo de trabalho se estabelecia em relação às habilidades individuais e às condições técnicas vigentes na sociedade. Por isso, dizia que o valor de uma mercadoria era dado pelo *tempo de trabalho socialmente necessário* à sua produção. De um modo geral, as mercadorias resultam da colaboração de várias habilidades profissionais distintas; por isso, seu valor incorpora todos os tempos de trabalho específicos. Por exemplo, o *valor* de um par de sapatos inclui não só o tempo gasto pelo sapateiro para confeccioná-lo, mas também o dos trabalhadores que curtiram o couro, produziram fios de linha, a máquina de costurar etc. O *valor* desses trabalhos está representado no *preço* que o capitalista paga ao adquirir estas matérias-primas e instrumentos, os quais, juntamente com a quantia paga a título de salário, serão incorporados ao valor final do produto.

Imaginemos um capitalista interessado em produzir sapatos. Suponhamos que a produção de um par ~~lhe~~ custe 100 cruzados de matéria-prima, mais 20 cruzados com o ~~desgaste~~ dos instrumentos, mais 30 cruzados de salário diário pago a cada trabalhador. Essa soma — 150 cruzados — representa sua despesa com investimentos. O valor do par de sapatos produzido nessas condições será a soma de todos os valores representados pelas diversas mercadorias que entraram na produção (matéria-prima, instrumentos, força de trabalho), o que totaliza também 150 cruzados.

Sabemos que o capitalista produz para obter lucro, isto é, quer ganhar com seus produtos mais do que investiu. No exemplo acima, vemos, porém, que o valor de um produto corresponde exatamente ao que se investe para produzi-lo. Como então se obtém o lucro?

O capitalista poderia lucrar se simplesmente aumentasse o preço de venda do produto — por exemplo, cobrando 200 cruzados pelo par de sapatos. Mas o simples aumento de preços é um recurso transitório e com o tempo cria problemas. De um lado, uma mercadoria com preços elevados, ao sugerir possibilidades de ganho imediato, atrai novos capitalistas interessados em produzi-la. Com isso, porém, corre-se o risco de inundar o mercado com artigos semelhantes, e o preço destes fatalmente cairá. De outro lado, uma alta arbitrária no preço de uma mercadoria qualquer tende a provocar elevação generalizada nos demais preços, pois nesse caso todos os capitalistas desejariam

ganhar mais com seus produtos. Isso pode ocorrer durante algum tempo, mas, se a disputa se prolongar, poderá levar o sistema econômico à ruína.

Na verdade, de acordo com a análise de Marx, não é no âmbito da compra e venda de mercadorias que se encontram bases estáveis nem para o lucro dos capitalistas individuais nem para a manutenção do sistema capitalista. Ao contrário, a valorização da mercadoria se dá no âmbito de sua produção.

A MAIS-VALIA

Retomemos o nosso exemplo. Suponhamos que o operário confeccione um par de sapatos a cada três horas. Nesse período, ele cria uma quantidade de valor correspondente ao seu salário, o suficiente para obter o necessário à sua subsistência. O operário passa, entretanto, muito mais tempo na oficina. Como o capitalista lhe paga o valor de um dia de força de trabalho, ele tem o direito de fazer o operário trabalhar o quanto lhe convier, durante esse período. A duração da jornada de trabalho resulta de um cálculo que leva em consideração o quanto interessa ao capitalista produzir para obter lucro sem desvalorizar seu produto.

Suponhamos que o capitalista estipule uma jornada de nove horas, ao final das quais o sapateiro produza três pares de sapatos. Cada par continua valendo 150 cruzados, mas agora eles custam menos ao capitalista. É que, no cálculo do valor dos três pares, a quantia investida em meios de produção também foi multiplicada por três, mas a quantia relativa ao salário — correspondente a um dia de trabalho — permaneceu constante. Desse modo, o custo de cada par de sapatos se reduziu a 130 cruzados.

custo de um par de sapatos
na jornada de trabalho
de três horas

meios de produção	} 120
+	
salário	<u>30</u>
	150

custo de um par de sapatos
na jornada de trabalho
de nove horas

meios de produção	} $120 \times 3 = 360$
+	
salário	<u>30</u>
	390
	<u>3</u>
	130

Assim, ao final da jornada de trabalho, o operário recebe 30 cruzados. Mas seu trabalho rendeu o dobro ao capitalista: 20 cruzados em cada um dos três pares de sapatos produzidos. Esse valor a mais não retorna ao operário: incorpora-se no produto e é apropriado pelo capitalista.

Visualiza-se, portanto, que uma coisa é o valor da força de trabalho, isto é, o salário, e outra é o quanto esse trabalho rende a mais ao capitalista. Esse valor excedente produzido pelo operário é o que Marx chama de *mais-valia*.

O capitalista pode obter mais-valia com o simples prolongamento da jornada de trabalho, tal como no nosso exemplo. Essa é, segundo Marx, a *mais-valia absoluta*. É claro, porém, que a extensão indefinida da jornada esbarra nos limites físicos do trabalhador e na necessidade de controlar a própria quantidade de mercadorias que se produz.

Agora, pensemos numa indústria altamente mecanizada. A tecnologia aplicada faz aumentar a *produtividade*, isto é, as mesmas nove horas de trabalho agora produzem um número maior de mercadorias, digamos, 20 pares de sapatos. A mecanização também faz com que a qualidade dos produtos dependa menos da habilidade e do conhecimento técnico do trabalhador individual. Numa situação dessas, portanto, a força de trabalho vale cada vez menos e, ao mesmo tempo,



Trabalhadoras de uma fábrica de chapéus de Manchester, 1909.

graças à maquinaria desenvolvida, produz cada vez mais. Este, em síntese, é o processo de obtenção daquilo que Marx denomina *mais-valia relativa*.

O processo descrito esclarece tanto o interesse quanto a própria dependência do capitalismo em relação ao desenvolvimento das técnicas de produção. Mostra, ainda, como o trabalho, sob o capital, perde todo o atrativo e faz do operário mero “apêndice da máquina”

AS RELAÇÕES POLÍTICAS

Marx afirma ainda que as diferenças entre classes sociais não se reduzem a uma diferença quantitativa de riqueza, mas a uma diferença de existência. Os indivíduos de uma mesma classe social partilham de uma mesma *situação de classe*, que inclui seus valores, seus comportamentos, suas regras de convivência e seus interesses.

A essas diferenças econômicas e sociais segue-se uma diferença na distribuição de poder. As *classes dominantes* economicamente encontram meios para se assenhorear do aparato oficial do Estado e, através dele, legitimar seus interesses sob a forma de leis e planos econômicos e políticos.

Cada forma assumida pelo Estado na sociedade burguesa representa maneiras diferentes pelas quais ele se transforma num “comitê para gerir os negócios comuns de toda a burguesia” (MARX, K. e ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: *Cartas filosóficas e outros escritos*. p. 86), seja sob regime liberal, monárquico-constitucional, parlamentar ou ditatorial.

A situação da classe trabalhadora, entretanto, leva à percepção da semelhança de seus interesses e à sua organização política para a ação.

MATERIALISMO HISTÓRICO

Marx afirmou que a estrutura de uma sociedade depende da forma como os homens organizam a *produção social* de bens. A produção social, segundo Marx, engloba dois fatores básicos: as *forças produtivas* e as *relações de produção*.

As forças produtivas constituem as condições materiais de toda a produção. Qualquer processo de trabalho implica: determinados *objetos*, isto é, matérias-primas identificadas e extraídas da natureza;

e determinados *instrumentos*, isto é, conjuntos de forças naturais já transformadas e adaptadas pelo homem, como ferramentas ou máquinas, utilizadas segundo uma orientação técnica específica. Os objetos e instrumentos — aos quais Marx se referia, em conjunto, como meios de produção — variam conforme as necessidades e finalidades sociais a que se destinam. Objetos e instrumentos são postos em ação pelos indivíduos que executam o trabalho, cujo número e habilitação técnica também variam conforme as sociedades e as épocas.

As relações de produção são as formas pelas quais os homens se organizam para executar a atividade produtiva. Elas se referem às diversas maneiras pelas quais são apropriados e distribuídos os elementos envolvidos no processo de trabalho: as matérias-primas, os instrumentos, os próprios trabalhadores e o produto final. Assim, as relações de produção podem ser cooperativistas (como num mutirão), escravistas (como na Antiguidade), servis (como na Europa feudal), capitalistas (como na indústria moderna).

Forças produtivas e relações de produção são condições naturais e históricas de toda atividade produtiva que ocorre em sociedade. A forma pela qual ambas existem e são reproduzidas numa determinada sociedade constitui o que Marx denominou *modo de produção*.

Para Marx, o estudo do modo de produção é fundamental para se compreender como se organiza e funciona uma sociedade. As relações de produção, nesse sentido, são consideradas as mais importantes relações sociais. As formas de família, as leis, a religião, as idéias políticas, os valores sociais são aspectos cuja explicação depende, em princípio, do estudo do modo de produção. A história do homem é, portanto, a história do desenvolvimento e do colapso de diferentes modos de produção. Analisando a história, Marx identificou alguns modos de produção específicos: *sistema comunal primitivo; modo de produção asiático; modo de produção antigo; modo de produção germânico; modo de produção feudal; e modo de produção capitalista*. Cada qual representa passos sucessivos no desenvolvimento da propriedade privada e do advento da exploração do homem pelo homem.

Em cada modo de produção, a desigualdade de propriedade, como fundamento das relações de produção, cria contradições básicas com o desenvolvimento das forças produtivas. Essas contradições se acirram até provocar um processo revolucionário, com a derrocada do modo de produção vigente e a ascensão de outro.

Modo de produção asiático — é a primeira forma para a qual se desenvolveu a comunidade primitiva. Sua característica fundamental era a unidade da agricultura e da manufatura em aldeias comunitárias auto-suficientes. Sobre elas, havia um governo, que poderia organizar os custos com guerras e obras economicamente necessárias, como irrigação e vias de comunicação. As aldeias eram centros de comércio exterior, e a produção agrícola excedente era apropriada como tributo pelo governo. A propriedade era comunal ou tribal. É o tipo característico do Egito e China antigos, também conhecido por “despotismo oriental”. A coesão entre os indivíduos é assegurada pelas comunidades aldeãs.

Modo de produção germânico — neste modo de produção, cada lar ou unidade doméstica isolada constitui um centro independente de produção. A sociedade se organiza em linhagens, segundo parentesco consanguíneo que transmite o ofício e a herança da posse ou domínio. Eventualmente, estes lares isolados unem-se para atividades guerreiras, religiosas ou solução de disputas legais. A sociedade é essencialmente rural. O isolamento entre os domínios torna-os potencialmente mais “individualistas” que a comunidade aldeã asiática. O Estado como entidade não existe. Este modo de produção caracterizaria as populações “bárbaras” da Europa antiga.

Modo de produção antigo — neste as pessoas mantêm relações de localidade e não de consanguinidade. O trabalho agrícola era considerado atividade própria de cidadãos livres. Dessa relação entre cidadania e trabalho agrícola, tem origem a nação, politicamente centralizada no Estado. A vida é urbana, mas baseada na propriedade da terra, fato que Marx chama de *ruralização* da cidade. A cidade é o centro da comunidade, havendo diferença entre as terras do Estado e a propriedade particular explorada pelos “patricios” (cidadãos livres proprietários) através de seus clientes. Típicas desse modo de produção são as sociedades grega e romana, da Antiguidade.

A HISTORICIDADE E A TOTALIDADE

A teoria marxista encontrou inúmeros adeptos, organizou os partidos marxistas entre operários, levou intelectuais à crítica da realidade e influenciou as atividades científicas de um modo geral e as ciências humanas em particular.

Além de elaborar uma teoria que constituiu uma ética humanista a conchamar à justiça e à igualdade real entre os homens, Marx conseguiu, como nenhum outro, através de sua obra, estabelecer relações profundas entre a realidade e a filosofia, a realidade e a ciência.

Marx, por sua formação filosófica e histórica, concebia a realidade social como concretude histórica, isto é, com características próprias

que configuravam as diversas relações de produção. Qualquer sociedade é, antes de mais nada, histórica.

Por outro lado, Marx conseguiu imprimir às análises da sociedade a idéia de *totalidade*. Cada sociedade, em seus vários aspectos — produção, família, formas de poder, religião — constitui uma totalidade. Entretanto, a teoria de Marx permite que, além do profundo conhecimento dessa conjuntura histórica, se estabeleçam relações com processos mais amplos que englobam sociedades particulares. Assim, por exemplo, na obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, Marx, através da narrativa de um golpe de Estado, estuda a estrutura de classes da França em meados do século XIX e sua articulação política, em função das possibilidades históricas do momento.



As idéias de Marx serviram de base para a Revolução de 1917 na Rússia. (Óleo de V. Serov)

A AMPLITUDE DA CONTRIBUIÇÃO DE MARX

Não houve setor da realidade social que escapasse à ampla perspectiva do materialismo histórico: ideologia, ciência, política, economia, história da humanidade.

Além disso, questões como a objetividade científica ficaram para segundo plano. Para Marx a ciência não dependia da objetividade mas de uma consciência crítica. Ao invés de sugerir soluções para uma sociedade “doente”, Marx propunha um caminho prático de ação política e um objetivo claro a ser por ela atingido. Substituiu a idéia de “harmonia” pela de universalização dos interesses da classe burguesa, através do Estado.

Ser marxista é não só aceitar o ideal comunista de uma sociedade sem classes e sem propriedade privada, como também seguir seus pressupostos teóricos, procurar exercer a crítica contundente do momento histórico em que se vive, buscar nele as relações de exploração, opressão e expropriação do homem pelo homem e transformar essa crítica em posição ideológica e política.

Ser marxista não é apenas uma questão científica ou política. O marxismo é também uma ética baseada em princípios dignificantes, independentemente de tudo o que se pense sobre a maneira como suas idéias supostamente foram colocadas em prática.

EXERCÍCIOS

1. “A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, têm permanecido em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa guerra ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou pela destruição das duas classes em luta.” (MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: *Cartas filosóficas e outros escritos*. p. 84)
 - a) Que classes sociais Marx identifica ao longo da história?
 - b) Como são as relações entre elas?
 - c) Como se dão, segundo Marx, as transformações em uma sociedade?
2. Marx, ao descrever a primeira forma de organização humana que chamou de “comunidade original”, afirma que “a maneira como esta comunidade original se modifica vai depender de várias condições externas — climáticas, geográficas, físicas etc., bem como de sua constituição específica, isto é, de seu caráter tribal”. (*Formações econômicas pré-capitalistas*. p. 66)

Nesse texto, Marx afirma que as sociedades seguem um caminho necessário de transformação, como os evolucionistas? Justifique sua resposta.